



A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ENTRE COMEMORAÇÃO E ATUALIDADE

Massimo Sciarretta¹

Resumo

A Grande Guerra é, provavelmente, o acontecimento que de forma mais marcante condicionou as dinâmicas históricas novecentistas. Com efeito, se na história da contemporaneidade existe um antes e um depois- Primeira Guerra Mundial é porque, para além dos sofrimentos correlatos, direta ou indiretamente, às operações militares, este acontecimento produziu uma série de profundas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, da Revolução bolchevique à consagração do século XX como “século americano”, passando pelo advento dos fascismos e pela eclosão do segundo conflito planetário.

Palavras-chave: Grande Guerra; Conflitos bélicos; Revolução.

LA PRIMERA GUERRA MUNDIAL ENTRE LA CONMEMORACIÓN Y LA ACTUALIDAD

Resumen

La Gran Guerra es probablemente el acontecimiento que más condicionó la dinámica histórica del siglo XIX. De hecho, si en la historia de la época contemporánea hay un antes y un después - la Primera Guerra Mundial, es porque, además de los sufrimientos directa o indirectamente relacionados con las operaciones militares, este hecho produjo una serie de profundas transformaciones sociales, culturales, económicas y políticas. , desde la Revolución Bolchevique hasta la consagración del siglo XX como el “siglo americano”, pasando por el advenimiento de los fascismos y el estallido del segundo conflicto planetario.

Palabras llave: Gran Guerra; Conflictos de guerra; Revolución.

THE FIRST WORLD WAR BETWEEN COMMEMORATION AND TODAY

resume

The Great War is probably the event that most markedly conditioned the historical dynamics of the 19th century. In fact, if in the history of contemporary times there is a before and an after - First World War, it is because, in addition to the sufferings related, directly or indirectly, to military operations, this event produced a series of profound social, cultural, economic and political transformations. , from the Bolshevik Revolution to the consecration of the 20th century as the “American century”, passing through the advent of fascisms and the outbreak of the second planetary conflict.

Keywords: Great War; War conflicts; Revolution.

1 O autor é professor adjunto de História do Mundo Contemporâneo da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

Introdução

O que o historiador britânico Eric Hobsbawm havia chamado de “longo século XIX”, iniciado com a dupla Revolução Francesa\Industrial, tinha acabado no verão quente de 1914. A partir daí, ganhava contorno o “breve século XX”, que teria terminado com a derrocada do socialismo, em 1991, através de uma série de eventos concatenados que – justamente – tiveram na Primeira Guerra Mundial da história seu ato fundador.

A Primeira Guerra Mundial não espanta pela duração, mas sim pelo seu nível de destruição e de universalidade.

Junto com os europeus e os norte-americanos, canadenses batalharam no front ocidental da guerra, neozelandeses e australianos forjaram sua consciência nacional no mar Egeu; indianos foram enviados ao combate para o Oriente- médio, africanos lutaram no exército francês, chegando a um total de cerca de 70 milhões de soldados envolvidos.

Embora tendo no palco europeu seu maior proscênio, a guerra se tornava (como nunca tinha ocorrido antes daquele acontecimento) global. Olhando retrospectivamente, não poderia ter sido diferente, sendo o conflito armado global o direto corolário daquele imperialismo europeu que, no século anterior, proporcionara um salto qualitativo na mundialização dos mercados e no ativismo geopolítico das nações maiores.

A metralhadora, em particular, foi a ferramenta de morte que reconfigurou o cenário bélico contemporâneo. Capaz de explodir várias centenas de tiros por minuto, este novo “prodígio” da tecnologia contribuiu para a defesa das trincheiras, impedindo as manobras de grandes formações em campo aberto, típicas das batalhas de velho cunho, favorecendo a transformação do conflito em uma massacrante guerra de posição.

Como ressalta o estudioso norte-americano George Mosse, através da experiência da Primeira Guerra Tecnológica, milhões de seres humanos haviam dado de cara, pela primeira vez, com a morte em massa organizada, um evento crucial para compreender também a atitude do ser humano com relação aos outros massacres que, doravante, teriam protagonizado o século XX (MOSSE, 2008: 3).

Esta consideração nos oferece o gancho para abordar a temática da Guerra de 1914-18 através de uma chave de leitura pontilhada de um triunfo e uma vasta

gama de crises.

Começando pelos numerosos abalos por ela proporcionados, o fracasso da ideia de que o aprimoramento tecnológico comportasse, inevitavelmente, um melhoramento da vida humana constitui, sem dúvida, uma das mais evidentes ferramentas de desconstrução do mito positivista alicerçado na fé cega no progresso linear da humanidade, sucessivamente confirmada pelo uso do átomo para fins bélicos, pela criação dos campos de extermínio e pelos danos irreversíveis causados ao meio-ambiente pela ação do homem.

Deste ponto de vista, salta aos olhos o papel pioneiro da Grande Guerra no agudizar a questão que o historiador Piero Bevilacqua chama de “riscos do aprendiz de feiticeiro”, isto é, uma fase no processo de modernização em que não se consegue mais enxergar quem – entre homem construtor e máquinas por ele construídas – impulse as dinâmicas históricas.

Os armamentos, portanto, acabaram com a concepção de uma tecnologia neutra. Tudo dependia do uso que dela fazia o homem, até com relação às redes ferroviárias. De fato, operando uma reviravolta, o motor da segunda onda de modernização embasada no aço e na maior liberdade de circulação dos homens reconvertia-se no transporte da logística necessária a alimentar a fogueira do conflito, locomovendo milhões de soldados nos campos de batalha para dar e receber a morte.

Aqueles trilhos outrora desenhados para deixar chocalhar a todo vapor o trem do avanço civilizatório e agora utilizados para levar cargas de dor, morte e destruição não representam o único curto-circuito da modernidade.

O Prometeu desacorrentado protagonista da Belle Époque cessava de erguer esplêndidas construções em estilo *liberty* e de difundir a iluminação para começar a escavar cubículos primordiais, as trincheiras, “sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos”, e para propagar uma escuridão lúgubre nas terras de ninguém, “um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados” (HOBBSAWM, 2009: 33).

De forma mais ampla, a guerra que eclodida em junho de 1914, não apenas abalou a imagem positiva da tecnologia, mas colocou em crise a própria ideia de modernidade.

Por sinal, se sessenta anos mais tarde o filósofo francês Jean-François Lyotard declarava o advento do pós-modernismo como consequência natural da

“morte de todas as metanarrativas”, não há dúvida – para os que acatem esta interpretação histórico-filosófica – de que os primeiros presságios da extinção do *homo modernus* acompanhassem a marcha dos soldados envolvidos no primeiro conflito mundial.

Na verdade, bem antes do filósofo francês, em 1919, o pensador alemão Oswald Spengler já considerava as rajadas e explosões da Grande Guerra como o toque fúnebre do ciclo vital ocidental criador de um sistema de valores que se acreditava, até aquele momento, inabalável.

O espírito faustiano peculiar do *boom* industrial ocidental, inimigo das limitações e eternamente lançado rumo ao ideal de uma modernização sinônimo de progresso (uma “obscura nostalgia para o ilimitado”, como a definira o filósofo alemão) mostrava, com a barbárie do primeiro matadouro de massa da história, a outra face da medalha e empurrava a civilização do oeste do mundo – e, com ela, o conceito de modernidade *tout court* – para seu inexorável ocaso.

Se, diante do massacre da guerra, poetas como Eugenio Montale declamavam: “só isto hoje podemos dizer-te: o que não somos; o que não queremos”, restava, decerto, o trauma inesperado quanto dilacerante de ter chegado ao ápice da barbárie mais de um século após a consagração da Idade dos Lumes.

O apagar das luzes de uma época ancorada de forma fideísta na razão não completa o quadro das certezas esmagadas sob o peso das bombas.

O internacionalismo socialista foi mais uma vítima registrada no elenco das baixas da Grande Guerra.

Com efeito, a paulatina arregimentação das sociedades beligerantes, filha da combinação incindível entre repressão e busca de consenso, não permitia vozes contrárias à ideia de guerra sagrada e necessária, traduzindo-se na adoção de censuras, investigações e incriminações dos derrotistas, com vistas a combater os “inimigos internos” e alcançar o objetivo da vitória.

Às pesadas restrições à liberdade individual, de associação e de imprensa, corresponderam a multiplicação de entidades públicas e privadas, laicas e religiosas, com funções de propaganda, assistência e controle social. A política interna, em geral, viu seus espaços de protestos e crítica bastante limitados. Tais processos de aglutinação – forçosa ou consensual – amenizaram as reivindicações sociais, tornando as massas, até então dominadas por instâncias de cunho socialista, um

conjunto de soldados enquadrados, uma multidão cujos anseios encontravam-se voltados para o combate ao inimigo externo, de forma mais tranquilizante para os governantes.

A guerra mundial, então, representou para as classes dirigentes a ocasião de um grande processo de abrandamento das tensões internas, o magnete em grau de aglutinar sociedades até então divididas em classes antagônicas, funcionando como silenciador das oposições em setores da população onde a grande onda nacionalista não havia fincado suas raízes.

Até o último ano de conflito, esta postura demonstrou-se frutuosa.

Em quase todos os Estados envolvidos no conflito, as forças pacifistas encontraram o apoio muito fraco da pública opinião, maciçamente mobilizada em prol da causa nacional e pronta em reconhecer as boas razões de seu próprio país.

Desta forma, a Primeira Guerra Mundial representou, sim, o batismo de fogo das massas no teatro da história, sancionando o ingresso impetuoso do povo na arena da política tão desejado pelas forças do internacionalismo de esquerda. Entretanto, tal acesso ocorria em uma direção exatamente oposta ao que almejavam as famílias do socialismo e do anarquismo.

Com efeito, a vista de massas de soldados (na maior parte de origem camponesa) arregimentadas nas fileiras do exército, obedecendo às ordens e concentrando suas forças e energias para o combate ao inimigo exterior conferiam uma imagem tranquilizadora do “povo”, até aquele momento visto como um fator potencialmente desestabilizador da ordem vigente.

No front de combate, a proximidade da morte unia os soldados, eliminando as diferenças de classe, em prol da aversão contra o inimigo estrangeiro. A situação mudava pouco para quem não ia para a guerra, uma vez que os operários, até então considerados inimigos da nação e subversivos, ganharam legitimação nacional graças à sua atividade voltada para produção bélica, o que transformava a classe trabalhadora em um “exército de retaguarda” fundamental para o êxito vitorioso do conflito.

Longe de se limitar aos indivíduos, este processo de homogeneização cultural envolveu também as organizações coletivas.

Os únicos partidos operários fortemente contrários à guerra, os da Sérvia e da Rússia, encontravam-se naquele período totalmente às margens da vida política de seus países, enquanto entre os partidos socialistas europeus protagonistas da vida

política, apenas os socialistas italianos declararam-se neutros, todos os outros jogando a toalha da solidariedade proletária em favor da guerra.

A Segunda Internacional, nascida em 1889 com o objetivo de estreitar a solidariedade e a cooperação entre os trabalhadores de todo o mundo, sempre empenhada em defesa da paz, acabou se tornando – ela também – vítima da guerra, uma vez que os opostos nacionalismos prevaleceram em detrimento do internacionalismo proletário, decretando o fim daquela experiência.

A história, em suma, havia oferecido às forças anticapitalistas uma ocasião única para fortalecer sua posição política no embate com as forças da burguesia, mas a chance andou desperdiçada.

De forma análoga ao pacifismo internacionalista de esquerda, entravam também em crise o universalismo cristão e aquele aristocrático.

Na Primeira Guerra Mundial, de fato, também a religião cristã se tornou partidária.

Os hinos nacionais, assim como os cantos de batalha, estavam repletos de referências a Deus, sempre ao lado da pátria (não importa qual) para defender o solo sagrado e derrotar os inimigos.

Segundo relato dos inimigos russos ao front, quase todos os soldados do Império dos Romanov, pouco antes de morrer, “agarravam o cordão com a imagem do santo protetor e a premiam contra os lábios antes de exalar o último respiro” (Brian Moynahan, 1994: 30).

Este processo de alistamento divino envolveu também as Igrejas nacionais, que apoiavam e rezavam pela vitória da própria pátria.

Deste ponto de vista, a figura emblemática desta instrumentalização generalizada dos supremos valores religiosos da cristandade era representada pelo capelão militar, o ministro religioso autorizado a prestar assistência e a realizar cultos nas corporações militares.

Alistado nas fileiras dos exércitos por conta das respectivas Igrejas nacionais, cada capelão rezava para o seu Deus. Os soldados encontravam no seu capelão um confidente precioso, uma ponte entre o horror da trincheira e as lembranças da sua cidade ou da sua aldeia, uma intermediação entre a violência terrena e a bondade do Senhor. Muitas vezes, os capelães militares encontravam-se recitando dois papéis opostos: por um lado, anunciando o Evangelho; por outro, tentando infundir no soldado as virtudes da coragem e da força necessárias para matar os inimigos e

obter a vitória pela própria pátria e pelo seu próprio Deus.

Da mesma forma que acontecia com a religião, o conflito sancionava a rachadura entre os grandes casados da nobreza europeia, entrelaçados por aquele emaranhado de vínculos matrimoniais e de parentesco típicos da aristocracia cosmopolita.

Os nobres afortunados que segundo o historiador luxemburguês Arno Mayer ainda dominavam, em 1914, os altos escalões do corpo militar lutaram conduzindo seus exércitos uns contra os outros, sancionando o “canto do cisne” das aristocracias do Antigo Regime que, tanto na Alemanha como na França, tanto na Rússia czarista como no Império Austro-Húngaro, haviam tentado (em vão) bloquear a definitiva afirmação no poder da burguesia capitalista.

O conflito de 1914, todavia, solapava também os desenhos do capitalismo ou, pelo menos, suas inclinações mais internacionalistas.

Se, para Lênin, a Grande Guerra representava o desaguamento natural do último estágio imperialista da burguesia, é também importante assinalar que o chamado complexo militar-industrial que pisou no acelerador da corrida armamentista no começo do século XX não aplaudiu em uníssono a efetiva eclosão de uma guerra planetária. Por dois motivos.

Primeiramente, porque a economia de guerra acabava com o liberalismo, interpondo barreiras insuperáveis entre os Estados em luta. De tal forma – assim como seus assalariados –, também os empresários capitalistas se encontravam forçosamente “embedded”, isto é, arrolados na produção patriótica que proibia e punia qualquer tipo de exportação de mercadoria para países não aliados como sendo um ato de traição.

Em segundo lugar, porque a guerra revertia o próprio conceito de autonomia da economia ao sancionar a impetuosa intervenção do Estado nos assuntos econômicos, lançando mão de uma tendência destinada a perdurar *urbi et orbi*, embora com nuances diferentes, até a época da globalização neoliberal.

Durante o conflito o mundo da economia (em particular, seu setor industrial) encontrava-se, portanto, destinado a alimentar a gigantesca máquina bélica. As indústrias voltadas à produção siderúrgicas, químicas, mecânicas tiveram um desenvolvimento imponente que, todavia, não era fruto das leis do mercado, uma vez que seu único cliente era o Estado.

Tal reconfiguração da economia por meio da intervenção enérgica do poder

estatal, definida pelo próprio Lênin como “capitalismo regulado”, fechou fileira em torno da produção patriótica, alistando a classe trabalhadora e levando à cabo um processo vigoroso de concentração industrial e financeira. Vastos setores da produção foram postos sob o controle do poder público, visando regular a demanda, controlar a produção, requisitar bens e recursos. A mão de obra empregada na produção foi, em toda parte, submetida à disciplina militar. O mesmo destino ocorreu no campo, em que as requisições dos alimentos eram habituais.

Em última instância, a Primeira Guerra Mundial determinou o fim da multinacional dos Impérios, redesenhando o mapa europeu e médio-oriental como consequência do colapso do Império Guilhermino e do Império Austro-Húngaro na Europa, do Império Otomano no Oriente-médio e do Império czarista numa porção de território que se estendia por cerca de um sexto de todas as terras do planeta. No meio de tantas crises desencadeadas pela Primeira Guerra Mundial assinala-se, conforme antecipado, um único, verdadeiro e incontestável triunfo, a saber: o do nacionalismo exacerbado.

O artigo n.231 do Tratado de Versalhes (conhecido como cláusula da “culpa de guerra”), que, em 1919, sancionava formalmente o fim da guerra, imputou à Alemanha a responsabilidade única pela eclosão do conflito bélico e por suas consequências. Evidentemente, tratava-se de uma cláusula escrita pelos vencedores que, entretanto, contou e conta ainda hoje com muitos seguidores. Entre eles, o historiador alemão Fritz Fischer e o pesquisador inglês John Keegan, que colocaram ênfase na política de potência extremamente agressiva do Império Guilhermino fruto do Sönderweg, ou seja, daquela “via especial” trilhada pela Alemanha rumo à industrialização que conjugava modernização ocidental com autoritarismo oriental. O que seria comprovado pelo “Plano militar Schlieffen” de futura conquista do continente, urdido pelas hierarquias teutônicas já no alvorecer do século XX.

Todavia – como apontara o estudioso alemão Gerhard Ritter – o peso do militarismo na vida política dos Estados europeus da época e a elaboração de planos político-militares que pressagiavam hipotéticos cenários de guerra não foram uma prerrogativa apenas da Alemanha.

Na esteira desta abordagem, o estudioso italiano Gian Enrico Rusconi escreveu um ensaio intitulado “Risco”, mostrando como todas as classes dirigentes do “Velho continente” operassem suas escolhas de política exterior num contexto

dominado pelo “dilema da segurança”, isto é, um mecanismo de recíproca hostilidade e desconfiança entre os Estados que incentivava a corrida armamentista de cada um deles para crescer seu poder militar. Uma postura, esta, visada a obter mais segurança, mas que acabara engendrando a insegurança e a consequente militarização dos outros *players* europeus e que proporcionou um círculo vicioso de corrida armamentista desenfreada e instabilidade política internacional.

Por sua vez, a corrente marxista, começando pelo próprio Lênin, em 1916, interpreta o conflito mundial como produto da competição econômica por mercados e capitais mundiais, sendo a guerra o resultado obrigado destes contrastes insanáveis, produzidos pelo modelo de desenvolvimento burguês imperialista centrado na indústria pesada.

Malgrado todas as motivações mencionadas ofereçam interpretações que contribuem para explicar a eclosão do conflito, provavelmente nenhum destes fatores teria sido capaz de descompagnar o tabuleiro geopolítico ao ponto de gerar a primeira guerra global da história sem a participação entusiasta de massas embebidas de cultura nacionalista. Algo bem simbolizado pelo episódio desencadeador da guerra, o assassinato do herdeiro ao trono multinacional do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, por meio de um estudante nacionalista bósnio, naquela área balcânica – mescla explosiva de diferentes culturas e etnias – que representava a marca registrada da febre nacionalista que perpassava o continente europeu no início do século XX.

Nos limiares da guerra que mudou face ao mundo contemporâneo, Bertrand Russel restou admirado em constatar como “*homens e mulheres comuns estavam todos encantados com a perspectiva do conflito*”. Talvez, a explicação para uma atitude capaz de engendrar tanto estupor no filósofo galês estava, por um lado, no fato de as populações europeias, provenientes da “longa paz” do século XIX, não estarem bem cientes da tragicidade de uma guerra de proporções tão vastas e arrasadoras. Por outro lado, na constatação de os principais meios de socialização de massa – a escola, o exército, o esporte, a música – se encontrarem repletos de uma retórica patriótica pautada na hostilidade em relação ao alheio.

Para descortinar as pulsões deste irracional amor à guerra é preciso retroceder o relógio da história de mais de um século.

A origem do fenômeno nacionalista, que remonta à Revolução Francesa e conheceu sua difusão com a expansão napoleônica, havia mostrado à Europa o

altíssimo potencial militar, econômico e social do princípio de nacionalidade, verdadeiro e próprio cimento do Estado pós-Antigo Regime.

As classes dirigentes europeias da época, privadas do *instrumentum regni* religioso para legitimar seu poder, descobriram, portanto, nos conceitos de pátria e território as novas religiões laicas em volta das quais construiriam o que o sociólogo checo Ernst Gellner definiu “o mais poderoso e eficaz meio para o exercício do poder”.

Isto abriu caminho para um processo enérgico de nacionalização das massas que durou um século e foi voltado à instauração de “comunidades imaginadas” (Benedict Anderson), isto é, artefatos políticos criados para inculcar na coletividade de cada Estado a convicção de fazer parte de uma única raiz cultural, histórica, étnica e religiosa oriunda de um passado glorioso comum.

Pegando emprestado o trabalho de um historiador que se interessou do caso francês, Eugen Weber, mas que vale para toda a Europa, o “Velho continente” se tornava o palco principal de um processo de transformação histórica “de camponeses para franceses” que passava pelos diversos fatores ligados à industrialização e à modernização. Entre estes: uma rede rodoviária e ferroviária capilar e bem articulada que facilitou muito os movimentos, as trocas e o conhecimento entre as várias regiões do país; a mudança no sistema político-representativo, através do sufrágio universal masculino, e o surgimento dos grandes partidos de massas que haviam empurrado um grande número de indivíduos a participarem da vida da comunidade nacional; décadas de pedagogia nacional, ensinada nas escolas e no exército.

Tratou-se, portanto, de um projeto possante de engenharia social que, ao longo do tempo, adulterou os conceitos de nacionalidade e autodeterminação como justas aspirações de povos desejosos de soberania e democracia, insuflando uma forma de reconhecimento da identidade nacional agressiva e excludente, que via sua afirmação na negação do nacionalismo alheio.

Criava-se, assim, uma divisão do mundo em dois campos contrapostos – nós e o outro – funcional ao fortalecimento do sentido de comunidade e ao estreitamento dos laços entre os membros de uma mesma comunidade, formalizada, anos depois, pelo jurista alemão Carl Schmitt na teoria política do amigo-inimigo, tida como um dos pilares teóricos do futuro nacional-socialismo.

A partir do exemplo revolucionário francês de 1789, portanto, registrou-se em

toda a Europa o surgimento do patriotismo ao nível de massas, acarretando o deslocamento do fogo das paixões da religião para a política, com a pátria tornando-se “a nova divindade do mundo moderno” (CHABOD, 1998: 61). Um fogo envolto em uma aura de sacralidade destinado a colocar em chamas o continente inteiro e a mudar o rosto da própria ideia de guerra.

Com efeito, as guerras características do Ancien Régime – travadas entre Estados absolutistas que se serviam de exércitos mercenários, com objetivos limitados ao restabelecimento do *status quo* – transformavam-se, a partir de 1914, em lutas ideológicas combatidas entre nações, com exércitos formados pelo povoação alistado, com o fim de destruir definitivamente o adversário.

A Primeira Guerra Mundial, em suma, representara o triunfo do conceito de nacionalismo exacerbado, destinado a criar barricadas e trincheiras entre alteridades radicalmente opostas, impossibilitadas de compor os contrastes a não ser mediante o conflito, produto direto de décadas de pedagogia nacional devotada a instilar o veneno do chauvinismo no corpo social em formação dos recém-nascidos Estados de matriz nacional.

Escreveu a tal respeito o historiador norte-americano George Mosse:

Achava-se que a guerra teria levado consigo uma transformação fundamental, realizando o sonho dos jovens: a criação de um homem novo que acabasse com o que, ao ver deles, aparecia como a tirania e a hipocrisia burguesa. Aos jovens era entregue a missão específica de criar uma sociedade nova e melhor. Este sentimento era compartilhado não apenas pelos que aceitavam a modernidade, como também por uma mais vasta massa de jovens que almejava se regenerar, mediante um sistema de valores imutáveis e eternos (MOSSE, 2008: 64).

A Guerra, de fato, se tornava – reportando-nos às palavras do poeta futurista Filippo Marinetti – a “higiene do mundo”, isto é, a ocasião única de regeneração pessoal e nacional de uma geração crescida à sombra da orgia modernizadora do positivismo que ia em busca da “bela morte” para purificar o corpo e a alma dos excessos do aburguesamento.

Marinetti dava voz a um sentimento difuso no meio intelectual da época. Com efeito, longe de se limitar às classes menos cultas, o vírus nacionalista contagiou o corpo social como um tudo, perpassando as diferentes estratificações sociais e culturais.

Patriotismo, amor pela aventura, mitos de virilidade, repúdio das comodidades burguesas representaram a mistura explosiva deste existencialismo beligerante que

impregnava a “geração de 1914”, sintetizado laconicamente, no calor da época, pelas palavras do escritor alemão Tomas Mann:

Como não podia o artista louvar o Senhor pela queda daquele mundo de paz do qual já estava tão farto, tão enjoado. Guerra! Que senso de purificação, libertação, de tamanha esperança, nos invadiu então (MANN, 1957: 37).

O resultado desta visão distorcida da ideia de nação será a chamada “comunidade de Agosto” isto é, o povo-nação que no mês da eclosão do conflito, como um todo, lota as praças, arvorando as bandeiras nacionais, cometendo atos vandálicos contra exercícios comerciais estrangeiros, acompanhando com gritos de júbilo os milhões de soldados aos trens que partem para defender o “solo sagrado” da pátria.

A Batalha de Langemarck, nos Flandres, na qual, no fim do primeiro ano de guerra, cerca de 80 mil alemães foram ao encontro da morte certa cantando o hino alemão, ceifados pelas metralhadoras inglesas, encarna o exemplo emblemático desta esbórnica nacionalista, uma derrota humilhante transformada em mito pela geração do futuro Terceiro Reich nazista.

Como salientado pelo historiador italiano Mario Isnenghi, a guerra nacionalista, dessa forma, deslocava o princípio darwinista da seleção natural do plano da natureza para o da história, do das espécies animais para o da espécie humana, do nível dos indivíduos para o dos Estados.

À medida que a chacina ia se prolongando, os horrores da guerra, com sua carga de morte, devastação e carestia, levaram a fenômenos de rebelião e contestação da guerra que desaguaram em revoluções de cunho socialista, da Rússia para a Alemanha, passando para o Império austro-húngaro.

A vida nas trincheiras, monótona e arriscada ao mesmo tempo, consumia na alma e no corpo os soldados, que ficavam semanas expostos à artilharia inimiga, às intempéries do frio e do calor, do gelo e da chuva, em condições higiênicas e alimentares abomináveis.

Poucos meses nessa situação eram suficientes para apagar o fogo de soldados embebidos de retórica nacionalista. À medida que a guerra continuava, aumentavam os episódios de automutilação visados à volta antecipada para a terra natal, preferindo-se a deficiência física no lugar de continuar combatendo.

Entretanto, no começo, as vozes fora do coro da guerra restaram muito isoladas. Aliás, este ingresso traumático das massas no palco da história inoculará

um veneno capaz de resistir à primeira onda de repulsa pacifista pós-guerra.

A experiência de ter saído vivos do combate, as manifestações de coragem, a camaradagem entre soldados, a superação de condições de privação, a distância da eliminação física de outros homens, possibilitada pelas novas armas tecnológicas, contribuirão àquele endeusamento da guerra e da violência como método de luta política indispensável para explicar o surgimento dos totalitarismos.

Como profetizava o líder socialista francês Jean Jaurès, assassinado no dia antes da eclosão do conflito em um café de Paris por Raoul Villain, um jovem nacionalista francês que desejava a guerra com a Alemanha, “*cada povo cruzou as ruas da Europa com a sua pequena tocha nas mãos; e agora, eis o incêndio!*” Cem anos depois, a temática se torna extremamente atual, perante uma complexidade do quadro histórico ainda mais acentuada da de 1914, na época da coabitação entre globalização imperante e fragmentação geopolítica, “Império” das multinacionais e nacionalismos insurgentes que atrelam a busca de um espaço que é físico e de senso a sonhos de volta à grandeza perdida, encontrando na ideia de nação um contraponto indenitário firme no âmbito de uma sociedade cada vez mais “liquida”.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHABOD, Federico. **L'idea di Nazione**. Roma-Bari: Laterza, 1998, 10ª Ed.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. New York: Cornell University Press, 1983.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, 2ª Ed.

_____, **Nações e Nacionalismo. Desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, 7ª Ed.

ISNENGI, Mario. **La Prima Guerra Mondiale**. In: FUMIAN, Carlo et al., *Storia Contemporanea*. Roma: Donzelli, 1998.

JOLL, James. **The Origins of the First World War**. London: Macmillan, 1984.

KEEGAN, John. *The First World War*. New York: [Knopf, 1999](#).

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- MANN, Thomas. **Pensieri di guerra, novembre 1914.** In: MAZZUCCHETTI, Lavinia (org.), *Scritti storici e politici.* Milano: Mondadori, 1957.
- MAYER, Arno. **The Persistence of the Old Regime. Europe to the Great War.** New York: Pantheon Books, 1981.
- MOSSE, George L. **Le guerre mondiali. Dalla tragedia al mito dei caduti.** Roma-Bari: Laterza, 2008, 4^a Ed.
- _____, **The Nationalization of the Masses.** New York: Howard Fertig, 1975.
- MOYNAHAN, Brian. **Il Secolo russo. 1894-1994. Ritratto di una nazione.** Novara: Istituto Geografico De Agostini, 1994.
- RITTER, Gerhard. **I militari e la politica nella Germania moderna: da Federico il Grande alla prima guerra mondiale.** Torino: Einaudi, 1973.
- RUSCONI, Gian Enrico. **Rischio 1914. Come si decide una guerra.** Bologna: il Mulino, 1987.
- SABBATUCCI, Giovanni; VIDOTTO, Vittorio. **Il mondo contemporaneo dal 1848 ad oggi.** Roma-Bari: Laterza, 2010, 5^a Ed.
- SPENGLER, Oswald. **A Decadência do Ocidente.** Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

